



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/10/2016 - Telesíntese

Anatel diz que dívida da Oi é mais de R\$ 20 bi e não aceita entrar na lista da recuperação judicial

A Anatel pede para sair do processo de recuperação judicial, e assim não correr o risco de ficar na fila dos credores e ter deságio ou demorar para receber as multas. E refaz as contas do que tem a receber da Oi. Além dos R\$ 10 bi em multas já informados pela operadora, a agência inclui R\$ 4,55 bi de dívida tributária, R\$ 1 bi de dívida contratual e mais R\$ 4,58 bi de multas em tramitação.

A Anatel publicou ontem a noite, 13, nota informando o total da dívida que a Oi tem junto a União, que soma muito mais do que os R\$ 10 bilhões informados inicialmente pela empresa. Segundo a agência, a dívida total da operadora alcança o valor de R\$ 20, 2 bilhões. E incluem as multas administradas pela agência, multas já na esfera judicial e da alçada da Advocacia Geral da União (AGU), em créditos tributários não pagos, e que as negociadas em formas de termos de ajustamentos de condutas, nas esfera da agência e do TCU, que ainda estão em tramitação.

Para todas elas, a agência que sejam retiradas do processo de recuperação judicial. Esse é o entendimento da Procuradoria Geral Especializada da Agência. O argumento da AGU é que a multa deve ser enquadrada como dívida tributária, ou seja, não passível de ser incluída em processo de recuperação judicial (e sujeita a deságio ou postergação de pagamentos).

O que não é o entendimento da Oi, que não incluiu em sua lista inicial as dívidas tributárias, porque essas essas não podem mesmo ser questionadas, mas



incluiu as multas da Anatel, por entender que, nesse caso, há margem jurídica para a justiça aceitar a sua posição. A palavra final vai caber ao juiz da 7a Vara que cuida do caso.

A dívida da Oi está assim classificada, conforme a Anatel

Multas com créditos já constituídos – R\$ 6,955 bilhões

Multas com créditos ainda não constituídos – R\$ 3,093 bilhões

Sub-Total- R\$ 10,018 bilhões (esse montante equivale ao que a Oi informou na recuperação judicial)

Créditos Tributários – R\$ 4,55 bilhões

Créditos contratuais – R\$ 1,08 bilhão

Sub-Total – R\$ 15,653 bilhões

Multas em processo de tramitação R\$ 4,583 bilhões

Total – R\$ 20,236 bilhões

As multas em processo de tramitação são aquelas que poderão ser incluídas nos acordos dos TACs (Termos dos Ajustamentos de Conduta)



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/10/2016 - Sinttel-ES

Governo diz não querer, mas se prepara para intervir na Oi

O novo presidente da Anatel, Juarez Quadros, revelou que o governo já discute uma eventual intervenção na Oi, caso a operadora não tenha sucesso na negociação com os credores da dívida que supera os R\$ 65 bilhões. “A situação é muito grave e o governo precisa estar pronto. A Anatel não pode ser surpreendida”, afirmou.

O governo decidiu por uma ação conjunta entre os ‘credores públicos’. “O governo não terá posições conflitantes. Todos os interesses vão obedecer o interesse público. O governo não quer intervir, mas é uma obrigação da Anatel estar preparada caso haja problemas na recuperação judicial”, afirmou o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab.

Esses credores públicos são a AGU, o Banco do Brasil (R\$ 4,4 bi), o BNDES (R\$ 3,3 bi) e a Caixa Econômica (R\$ 2 bi). Com a Anatel, a conta é a maior – a Oi reconhece atrasados de R\$ 10,6 bilhões. Mas esse número pode ficar ainda maior.

“Esse é o valor apresentado pela Oi. A agência está calculando o seu e vai apresentar ainda hoje à Justiça”, explicou o novo presidente do órgão regulador. Em valores não corrigidos, a Anatel chegou a indicar em dezembro de 2015 que a conta passaria de R\$ 6 bilhões, ou 70% das multas pendentes junto à agência.

O grupo desses credores é liderado pela Casa Civil e coordenado pela Anatel. “O que discutimos até aqui foi justamente a possibilidade de uma intervenção”, admitiu Juarez Quadros ao tomar formalmente posse no cargo nesta terça, 11/10.

Ainda de acordo com ele, no caso da Anatel não haveria possibilidade de negociar reduções no montante devido, a não ser pelo caminho dos Termos de Ajustamento de Conduta. “Uma negociação nesse sentido, somente via TAC, que não seria um perdão mas a conversão da dívida em investimentos”.

Governo não pretende intervir e nem colocar recursos públicos na Oi

O ministro de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, disse que, na questão da Oi, a preocupação do governo é que a empresa tenha condições de se recuperar, “sem que seja preciso uma intervenção e sem a injeção de recursos públicos”. Kassab minimizou a possibilidade de uma intervenção mencionada pelo presidente da Anatel, Juarez Quadros, dizendo que essa é uma possibilidade óbvia e que a agência precisa estar preparada, mas que não está nos planos do governo acontecer. “Não trabalhamos com essa hipótese (de intervenção). Caso haja problema na recuperação judicial caberá à Anatel fazer uma intervenção, mas todo o nosso trabalho e esforço é no sentido de ajudar a empresa a encontrar uma solução”.

Ele disse que o grupo de trabalho criado pelo governo para acompanhar a situação da empresa é na verdade uma coordenação das instituições públicas que têm interesse na situação da Oi, para que haja integração entre elas e organização. “Todas estão irmanadas no mesmo objetivo, que é apoiar no que for possível, por parte do governo, para que a Oi possa dar resposta a seus credores e sair desse difícil processo”. Ele disse que o governo é único, tem um comando, e

que por isso não deve haver interesses conflitantes em relação à empresa. “Todos vão obedecer o interesse público”.

Durante a solenidade de posse do novo presidente da agência, o ministro Gilberto Kassab disse que a “agência precisa dar respostas ao setor” e que “essa é uma oportunidade para ratificarmos nossos compromissos em primeiro lugar junto ao País e aos consumidores de telecom que estaremos sempre atentos à qualidade dos serviços, que é nosso dever e direito dos usuários”.

Ele ressaltou ainda a importância dos investidores e empreendedores do setor e disse que trabalhará para dar segurança jurídica. “Esse é o caminho para que o país possa recuperar seu crescimento, especialmente em um setor que gera 4% de nosso PIB e gera tantos empregos diretos”, disse Kassab.

Para o ministro, haverá por parte do governo compromisso para que mesmo “diante de todas as dificuldades” haja a estrutura necessária para o bom desempenho da agência, em referência implícita à falta de recursos orçamentários, elemento presente no discurso do novo presidente.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

14/10/2016 - Sinttel-ES

Clube de Engenharia pede intervenção da Anatel na Oi

O Clube de Engenharia solicitou nesta quinta-feira, 13, que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) faça uma intervenção na operadora de telefonia Oi, que está em processo de recuperação judicial.

Maior operadora de telefonia fixa do país e quarta maior de telefonia móvel, junto com suas seis subsidiárias, a Oi fez o maior pedido de recuperação judicial da história do Brasil, envolvendo R\$ 65,4 bilhões em bônus, dívidas bancárias e responsabilidades operacionais.

Os engenheiros defendem que a medida visa resguardar a segurança e a continuidade dos serviços prestados pela companhia. “O Clube de Engenharia espera da ANATEL que garanta a segurança institucional do sistema de comunicações operado pela Oi, a partir da elaboração de um plano de contingência em conjunto com a empresa, no qual fique expressa a possibilidade de intervenção na concessionária, tal como previsto pelo artigo 110 da Lei Geral de Telecomunicações, de modo a preservar a qualidade e a continuidade dos serviços por ela prestados”, diz a entidade.

Na terça-feira, 11, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab, afirmou que o governo federal tem trabalhado para evitar qualquer processo de intervenção na Oi, que pediu recuperação judicial em 20 de junho. “Nós temos duas premissas: trabalhar para que não haja intervenção e não haverá injeção de dinheiro público [no processo de recuperação da empresa]”, disse o ministro.

Leia a nota do Clube de Engenharia:

“Posicionamento do Clube de Engenharia sobre a situação da Oi

Em face ao processo de recuperação judicial em que se encontra a Oi e à necessidade de se proteger a base instalada de seus 73 milhões de usuários espalhados por todo o

território nacional, à exceção do Estado de São Paulo, o Clube de Engenharia tem o seguinte entendimento:

1. A infraestrutura para prestação de serviços de telecomunicações operada pela Oi, essencial para o funcionamento da economia do país e para as comunicações entre as pessoas, em nenhuma hipótese pode colapsar ou perder qualidade.

2. Pelas normas regulatórias em vigor, estabelecidas pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Geral de Telecomunicações de 1997, os bens e instalações associados à concessão são reversíveis à União ao final da concessão, ou em casos em que a concessionária tenha dificuldades em dar continuidade aos serviços. Tais bens reversíveis são patrimônio público, que permitem que a infraestrutura instalada e operada pela concessionária possa ser novamente licitada, dando-se continuidade ao atendimento adequado dos serviços. No caso da Oi, o valor dos bens é objeto de controvérsia pois, segundo a imprensa, há avaliações desde 5 bilhões de reais (ANATEL) até 108 bilhões de reais (TCU), o que permite antever demanda judicial de demora imprevisível.

3. A situação financeira da Oi, cuja dívida a ser equacionada em processo de recuperação judicial é a maior ocorrida no país até hoje, com credores espalhados pelo mundo, com pedidos de falência de suas subsidiárias em outros países e o não pagamento de obrigações vencidas, evidenciam um processo longo e incerto para a recuperação da empresa.

4. Nessas circunstâncias, o Clube de Engenharia espera da ANATEL que garanta a segurança institucional do sistema de comunicações operado pela Oi, a partir da elaboração de um plano de contingência em conjunto com a empresa, no qual fique expressa a possibilidade de intervenção na concessionária, tal como previsto pelo artigo 110 da Lei Geral de Telecomunicações, de modo a preservar a qualidade e a continuidade dos serviços por ela prestados.”

13/10/2016 - RBA

Gastos com jantar e repasses à mídia serão fichinha. O prejuízo ainda nem começou

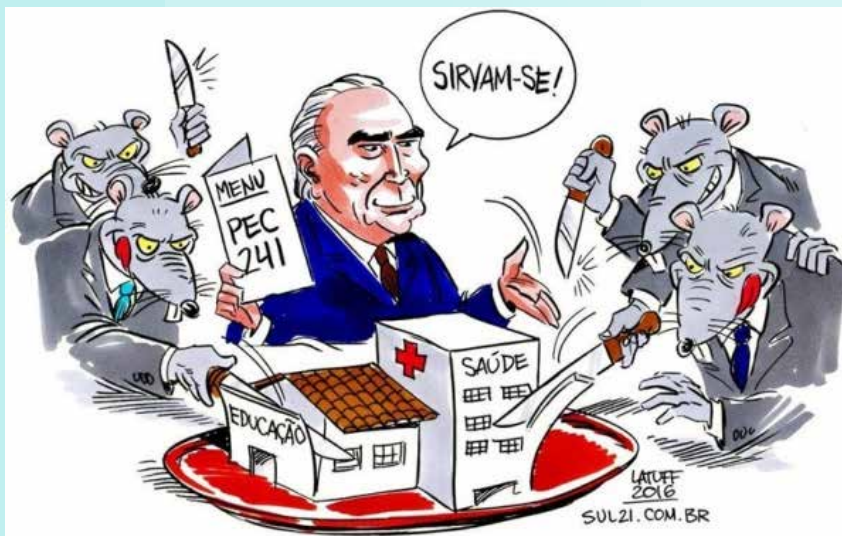
Os R\$ 20 milhões em propaganda em TV e ornais já são um absurdo. Mas o pior está por vir

Enquanto tenta acelerar a aprovação de uma proposta de emenda à Constituição, a PEC 241, que vai impor ao povo racionamento na educação, na saúde, na renda dos trabalhadores, nas aposentadorias e até na comida da população mais vulnerável, o governo de Michel Temer desfruta a aliança com os meios de comunicação para tripudiar sobre a ludibriada opinião pública.

Dias depois do luxuoso banquete para 281 convidados, 217 parlamentares, 33 ministros e assessores e 31 mulheres de congressistas, começa a aparecer o custo do agrado. As versões mais conservadoras estimam em entre R\$ 180 e R\$ 200 por pessoas. O valor total desembolsado seria entre R\$ 50,5 mil e R\$ 56,2 mil –embora algumas notícias aqui e ali tenha citado valores acima de R\$ 100 mil.

Além de deputados da base de Temer, aproveitaram o jantar grátis (existe jantar grátis?) o presidente da Fiesp, Paulo Skaf, o homem do pato, e aquele que foi considerado a "estrela" da noite, o ex-deputado Roberto Jefferson, cacique do PTB e réu confesso condenado da Ação Penal 470, o chamado mensalão.

Foi assim que Michel Temer passou a noite de domingo (9) construindo a maioria para aprovar o maior ataque aos direitos do povo na história deste país, para garantir apoio e quórum para a votação da PEC 241, no dia seguinte, Ao congelar e desvincular os gastos públicos por 20 anos.



Mas talvez esse gasto com o jantar venha a ser fichinha perto do que os brasileiros podem vir a perder tanto com a PEC – se sua aprovação vier a se confirmar –, quanto com o os cargos distribuídos entre os parlamentares e seus indicados em postos do governo e estatais. Se a história

do PMDB desde os anos 1980 foi cobrar caro dos governos que apoiou, agora, que está do outro lado do balcão, sabe que um jantar pomposo ajuda, mas não resolve.

Claro que o moralismo seletivo de nossa imprensa corporativa não iria perdoar esse festival de fisiologia explícita se partisse de algum governo progressista. Mas o fato é que ela também tomou parte da farra. Segundo notas discretas em alguns jornais, o repasse desembolsado em propaganda na televisão e nos jornais para convencer a população de que a PEC é necessária para "equilibrar" o orçamento estaria na casa dos R\$ 20 milhões.

Três dias depois, na quarta-feira (12), a portas fechadas, Michel Temer almoçou no Palácio do Jaburu, com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, para discutir medidas para recuperar a economia e agradecer a bancada do PSDB na Câmara pela aprovação da favor da PEC em primeiro turno. FHC ouviu também a promessa de um novo jantar com senadores da base aliada, nos mesmos moldes do que foi organizado com os deputados.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

Do almoço no Jaburu participou ainda o ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes, também presidente do Tribunal Superior Eleitoral – onde tramitam cinco ações contra a chapa presidencial que tinha Temer como vice. Com o “amigo” Gilmar o assunto teria sido a reforma política – já que líderes dos partidos devem discutir a partir da próxima semana e alterações no sistema eleitoral.

Gilmar Mendes manifestou a Temer preocupação com a pauta discutida no Congresso e disse ser necessário encontrar uma forma eficaz de financiamento eleitoral. Mas disse que, “o pessoal está otimista com o bom resultado da eleição municipal, e com a aprovação da PEC para refazer a situação muito difícil do país”.

Escândalo esquecido

Para completar a semana em que a aliança governo-mídia tripudiou sobre a nossa ludibriada opinião pública, nada mais “normal” do que a notícia de que caducou o processo nº 990046981-0, que tratava do chamado caso Marka-FonteCindam, de 1999 – por peculato e gestão fraudulenta de instituição financeira em operações de câmbio feitas em 1999 nos bancos FonteCindam e Marka, do banqueiro italiano Salvatore Cacciola.

O caso é um dos mais emblemáticos escândalos do governo FHC (PSDB) e custou aos brasileiros R\$ 1,5 bilhão à época. Era 1998, e o presidente concorria à reeleição. A moeda brasileira estava sobrevalorizada, mas FHC não a desvalorizava, alegando que a medida desestabilizaria a economia e a população poderia perder a confiança no governo. Houve fuga de capitais, e o país foi pedir socorro ao FMI, alegando crise internacional.

Passada a eleição, Fernando Henrique, então reeleito, mudou o sistema de câmbio fixo (dentro da faixa chamada banda cambial), para o de câmbio flutuante, no início de 1999. O dólar pulou imediatamente de R\$ 1,22 para R\$ 1,60. Isso com inflação baixa e salários fixos, em real.

Para ilustrar as consequências da medida: muita

gente havia comprado carros por meio de leasing, com valores em dólares. Alguns perderam o que já tinha sido pago, e devolveram o carro, tamanho foi o aumento da mensalidade, na conversão para o real.

Empresários que tinham empréstimos em dólares quebraram ou quase. Importadores tiveram os custos de suas mercadorias em reais quase dobrados, e não tinham como vender a esse preço. Todos que acreditaram na estabilidade cambial perderam.

Mas os bancos privados tiveram um enorme lucro. Quem ficou “vendido” em dólares (ou seja, com o prejuízo) foi só o Banco do Brasil (que “misteriosamente” foi um dos únicos bancos que não previram a desvalorização do real, sofrendo um enorme prejuízo), e mais dois bancos pequenos, Fonte-Cindam e Marka, ambos de Cacciola.

Mas veio o Banco Central (BC), que acabou sendo uma “mãe” para os bancos de Cacciola saldarem seus contratos em moeda estrangeira. Ao Marka, o BC vendeu o dólar, que custava R\$ 1,60, por R\$ 1,27. Ao FonteCindam, por R\$ 1,32.

Com isso Marka e FonteCindam tiveram seus lucros garantidos, pois receberam dólares comprados com cotação subsidiada pelo povo brasileiro, e puderam revender a R\$ 1,60.

Ao todo, os dois bancos provocaram um rombo de R\$ 1,5 bilhão.

Cacciola foi preso por crime contra o sistema financeiro. Em 2000, o ministro do STF Marco Aurélio de Mello concedeu-lhe habeas-corpus e, no dia seguinte, o banqueiro fugiu para a Itália.

Esse escândalo do governo FHC levou à condenação do ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes a 10 anos de prisão, e a ex-diretora do BC Tereza Grossi a 13 anos. Outros diretores do BC também foram condenados. Quinze anos após condenação, todos estão soltos e o crime, prescrito.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/10/2016 - CUT

PEC 241: 10 razões para você entender porque é um desastre

Professora de economia destaca motivos pelos quais todo brasileiro deve lutar contra a proposta defendida por Temer

Professora do Departamento de Economia da FE-A-USP e doutora pela New School for Social Research (NYC) Laura Carvalho critica a PEC 241 (Proposta de Emenda à Constituição) desde quando surgiu como proposta do ex-ministro Nelson Barbosa.

À época, a proposta era menos nociva, não tinha validade de 20 anos, não alterava a Constituição e tinha como referência para o ajuste o crescimento do PIB. Na gestão do governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB), o que era ruim, ficou pior.

Laura lista 10 questões que a PEC não resolve, justamente aquelas que a proposta promete solucionar, e ressalta que a degradação dos sistemas de saúde e educação será inevitável caso seja aprovada.

1. A PEC serve para estabilizar a dívida pública?

Não. A crise fiscal brasileira é sobretudo uma crise de arrecadação. As despesas primárias, que estão sujeitas ao teto, cresceram menos no governo Dilma do que nos dois governos Lula e no segundo mandato de FHC. O problema é que as receitas também cresceram muito menos -- 2,2% no primeiro mandato de Dilma, 6,5% no segundo mandato de FHC, já descontada a inflação. No ano passado, as despesas caíram mais de 2% em termos reais, mas a arrecadação caiu 6%. Esse ano, a previsão é que as despesas subam 2% e a arrecadação caia mais 4,8%.

A falta de receitas é explicada pela própria crise econômica e as desonerações fiscais sem contrapartida concedidas pelo governo e ampliadas pelo Congresso. Um teto que congele as despesas por 20 anos nega essa origem pois não garante receitas, e serve para afastar alternativas que estavam na mesa no ano passado, como o fim da isenção de 1995 sobre tributação de dividendos, o fim das desonerações e o combate à sonegação. A PEC garante apenas que a discussão seja somente sobre as despesas.

A PEC também desvia o foco do debate sobre a origem da nossa alta taxa de juros -- que explica uma parte muito maior do crescimento da dívida, já que

refere-se apenas às despesas primárias federais. Uma elevação da taxa de juros pelo Banco Central tem efeito direto sobre o pagamento de juros sobre os títulos indexados à própria taxa SELIC, por exemplo -- uma jabuticaba brasileira.

A PEC é frouxa no curto prazo, pois reajusta o valor das despesas pela inflação do ano anterior. Com a inflação em queda, pode haver crescimento real das despesas por alguns anos (não é o governo Temer que terá de fazer o ajuste). No longo prazo, quando a arrecadação e o PIB voltarem a crescer, a PEC passa a ser rígida demais e desnecessária para controlar a dívida.

2. A PEC é necessária no combate à inflação?

Também não. De acordo com o Banco Central, mais de 40% da inflação do ano passado foi causada pelo reajuste brusco dos preços administrados que estavam represados (combustíveis, energia elétrica...). Hoje, a inflação já está em queda e converge para a meta. Ainda mais com o desemprego aumentando e a indústria com cada vez mais capacidade ociosa, como apontam as atas do BC.

3. A PEC garante a retomada da confiança e do crescimento?

O que estamos vendo é que o corte de despesas de 2015 não gerou uma retomada. As empresas estão endividadas, têm capacidade ociosa crescente e não conseguem vender nem o que são capazes de produzir. Os indicadores de confiança da indústria, que aumentaram após o impeachment, não se converteram em melhora real. Os últimos dados de produção industrial apontam queda em mais de 20 setores. A massa de desempregados não contribui em nada para uma retomada do consumo. Que empresa irá investir nesse cenário?

Uma PEC que levará a uma estagnação ou queda dos investimentos públicos em infraestrutura física e social durante 20 anos em nada contribui para reverter esse quadro, podendo até agravá-lo.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

4. A PEC garante maior eficiência na gestão do dinheiro público?

Para melhorar a eficiência é necessário vontade e capacidade. Não se define isso por uma lei que limite os gastos. A PEC apenas perpetua os conflitos atuais sobre um total de despesas já reduzido. Tais conflitos costumam ser vencidos pelos que têm maior poder econômico e político. Alguns setores podem conquistar reajustes acima da inflação, e outros pagarão o preço.

5. A PEC preserva gastos com saúde e educação?

Não, estas áreas tinham um mínimo de despesas dado como um percentual da arrecadação de impostos. Quando a arrecadação crescia, o mínimo crescia. Esse mínimo passa a ser reajustado apenas pela inflação do ano anterior. Claro que como o teto é para o total de despesas de cada Poder, o governo poderia potencialmente gastar acima do mínimo. No entanto, os benefícios previdenciários, por exemplo, continuarão crescendo acima da inflação por muitos anos, mesmo se aprovarem outra reforma da Previdência (mudanças demoram a ter impacto). Isso significa que o conjunto das outras despesas ficará cada vez mais comprimido.

O governo não terá espaço para gastar mais que o mínimo em saúde e educação (como faz hoje, aliás). Gastos congelados significam queda vertiginosa das despesas federais com educação por aluno e saúde por idoso, por exemplo, pois a população cresce.

Outras despesas importantes para o desenvolvimento, que sequer têm mínimo definido, podem cair em termos reais: cultura, ciência e tecnologia, assistência social, investimentos em infraestrutura, etc. Mesmo se o país crescer...

6. Essa regra obteve sucesso em outros países?

Nenhum país aplica uma regra assim, não por 20 anos. Alguns países têm regra para crescimento de despesas. Em geral, são estipuladas para alguns anos e a partir do crescimento do PIB, e combinadas a outros indicadores. Além disso, nenhum país tem uma regra para gastos em sua Constituição.

7. Essa regra aumenta a transparência?

Um Staff Note do FMI de 2012 mostra que países com regras fiscais muito rígidas tendem a sofrer com manobras fiscais de seus governantes. Gastos realiza-

dos por fora da regra pelo uso de contabilidade criativa podem acabar ocorrendo com mais frequência.

O país já tem instrumentos de fiscalização, controle e planejamento do orçamento, além de metas fiscais anuais. Não basta baixar uma lei sobre teto de despesas, é preciso que haja o desejo por parte dos governos de fortalecer esses mecanismos e o realismo/transparência da política fiscal.

8. A regra protege os mais pobres?

Não mesmo! Não só comprime despesas essenciais e diminui a provisão de serviços públicos, como inclui sanções em caso de descumprimento que seriam pagas por todos os assalariados. Se o governo gastar mais que o teto, fica impedido de elevar suas despesas obrigatórias além da inflação. Como boa parte das despesas obrigatórias é indexada ao salário mínimo, a regra atropelaria a lei de reajuste do salário mínimo impedindo sua valorização real -- mesmo se a economia estiver crescendo.

O sistema político tende a privilegiar os que mais têm poder. Reajusta salários de magistrados no meio da recessão, mas corta programas sociais e investimentos. Se nem quando a economia crescer, há algum alívio nessa disputa (pois o bolo continua igual), é difícil imaginar que os mais vulneráveis fiquem com a fatia maior.

9. A PEC retira o orçamento da mão de políticos corruptos?

Não. Apesar de limitar o tamanho, são eles que vão definir as prioridades no orçamento. O Congresso pode continuar realizando emendas parlamentares clientelistas. No entanto, o Ministério da Fazenda e do Planejamento perdem a capacidade de determinar quando é possível ampliar investimentos e gastos como forma de combate à crise, por exemplo. Imagina se a PEC 241 valesse durante a crise de 2008 e 2009?

10. É a única alternativa?

Não. Há muitas outras, que passam pela elevação de impostos sobre os que hoje quase não pagam (os mais ricos têm mais de 60% de seus rendimentos isentos de tributação segundo dados da Receita Federal), o fim das desonerações fiscais que até hoje vigoram e a garantia de espaço para investimentos públicos em infraestrutura para dinamizar uma retomada do crescimento. Com o crescimento maior, a arrecadação volta a subir.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

13/010/2016 - Vermelho

Valorização da Petrobrás desmoraliza discurso dos golpistas

A Petrobrás voltou a ser a segunda maior empresa de capital aberto no Brasil, com valor de mercado de R\$ 211,64 bilhões. No ranking da consultora financeira Economática, a companhia perde apenas para a Ambev e, com isso, repete o cenário de julho de 2015.

Ainda segundo o levantamento, a valorização em R\$ 110,3 bilhões, o maior percentual desde 2000, aconteceu em plena crise do governo Dilma Rousseff, entre janeiro e outubro deste ano. Apesar disso, especialistas alinhados ao governo ilegítimo de Michel Temer (PMDB) apressaram-se em atribuir ao golpista os méritos pela mudança.

O coordenador-geral da FUP (Federação Única dos Petroleiros), José Maria Rangel, e o cientista político e professor de Relações Internacionais da UFABC (Universidade Federal do ABC), Igor Fuser, rebatem essa análise.

Para eles, a mudança de cenário não é um milagre de um grande estadista, tampouco serve para os brasileiros dormirem tranquilos e imaginarem que a companhia será blindada contra a privatização.

Rangel ressalta que, enquanto a Petrobrás sofria ataques com pouco argumentos, os petroleiros sempre alertaram sobre a crise do petróleo ser mundial e esse não ser argumento para aprovação de projetos como o PL 4567/2016, que entregou o pré-sal às transnacionais.

“A Petrobrás gerou ao longo dos últimos anos um caixa muito bom, na ordem de R\$ 30 milhões, e só passou a ter dificuldade quando o governo Dilma optou por uma política que não acompanhava mais os preços internacionais do petróleo. Isso é possível avaliar tecnicamente observando os balanços da empresa. Ou alguém achou que realmente teria ações a apenas R\$ 4?” , questionou.

Gestão Parente quer agradar acionistas

Segundo o dirigente, essa valorização é resultado direto de medidas que o mercado defende, como a venda de ativos.

“O mercado é muito volátil, especula direto com as ações e pode ter certeza de que só estão subindo por conta do desinvestimento, da venda de ativos lucrativos e de outros que estão na alça de mira para vender. Para eles, quanto mais vender, melhor, a gestão de Pedro Parente (presidente da Petrobrás) quer agradar é acionis-

tas.”

Mas se é bom para o mercado, não necessariamente esse processo é bom para o país, alerta Rangel. “Como podemos ficar satisfeitos em ver a Petrobrás vender o controle acionário de uma empresa de gás do Sudeste? Em saber que para transportar gás por esses gasodutos vamos ter de pagar e o preço final ao consumidor pode ser mais caro?” , critica.

O professor Igor Fuser ressalta ainda que essa valorização, ao invés de manter a empresa nas mãos do país, poder ter exatamente o objetivo contrário.

“Querem tornar a Petrobrás atrativa a investidores estrangeiros para vender ações e promover um processo de privatização do petróleo. Aliás, é bom que os brasileiros saibam que não é a empresa que está sendo privatizada, mas aquilo que temos de mais importante, o nosso petróleo” , diz.

Na avaliação de Fuser, a privatização da Petrobrás vai caminhar em alguma medida, mas não é a prioridade na agenda neoliberal. A prioridade é atrair investidores para vender na bacia das almas as reservas do pré-sal, fazer caixa para o governo e compensar o apoio que os golpistas receberam das grandes petroleiras, começando por Shell e Chevron.

Em cacos?

Para Igor Fuser, o episódio é um sinal de cinismo dos atuais detentores do poder no país e desconstrói o discurso elaborado por eles mesmos.

“Até pouco tempo, estava em curso uma campanha de desmoralização da empresa, apresentada como um fracasso completo, como uma empresa em frangalhos, falida, quebrada. Atribuindo-se a culpa por essa suposta bancarrota ao governo democrático que acaba de ser deposto. Na verdade, nunca esteve quebrada, sempre foi uma empresa modelo, conseguiu algo que nenhuma outra petrolífera do mundo conseguiu que foi colocar em produção uma reserva de petróleo das dimensões do pré-sal em tão poucos anos, que cresce a cada dia.”

O motivo para os ataques, pontua, é justamente a capacidade produtiva. “Dentro de pouco tempo, o Brasil vai produzir mais petróleo do pré-sal do que todos os outros poços em operação. E é de olho nisso que os financiadores do golpe estão.”



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

26/09/2016 - CUT

Terceirização, uma solução de terceira para a economia

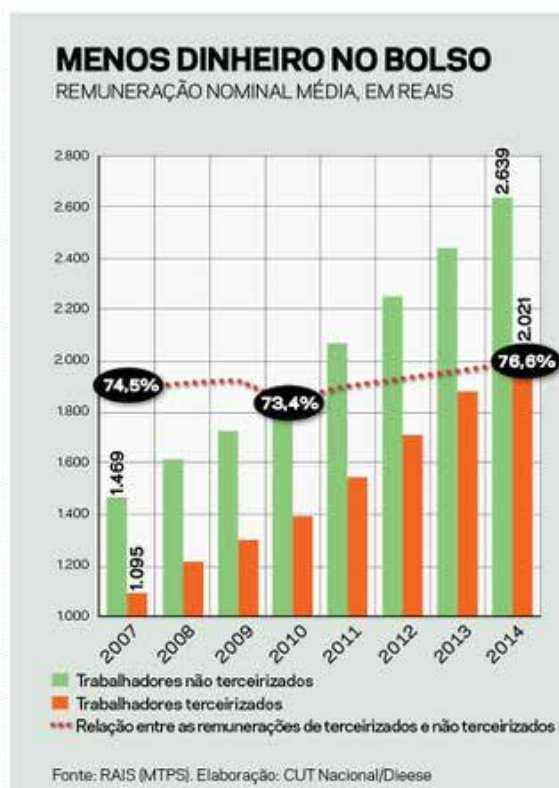
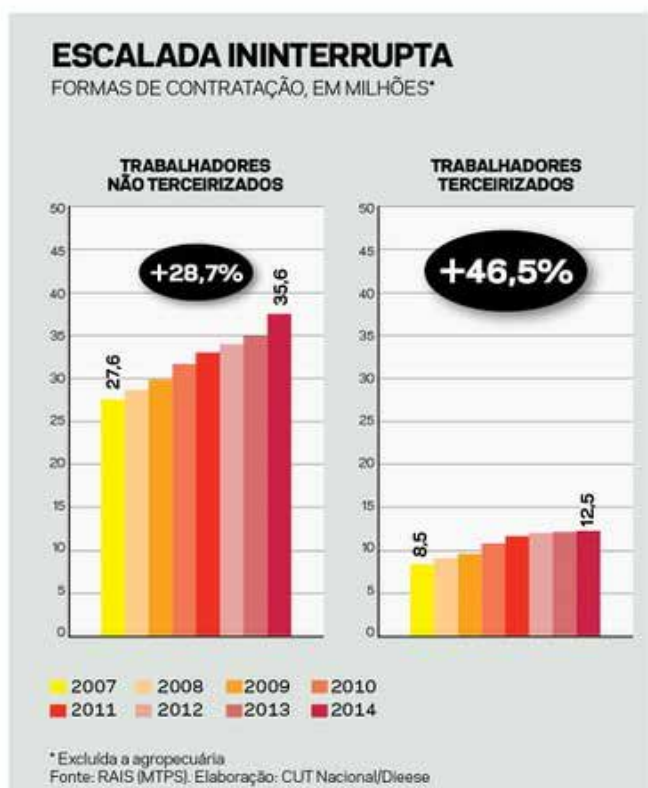
O Senado e o STF ensaiam uma regressão de 190 anos na legislação trabalhista

Está nas mãos do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, com apoio do governo Temer, a decisão sobre se o Brasil permanece às portas do século XXI ou retorna a um passado de mais de 190 anos, o da Constituição de 1824. O Senado deve votar a qualquer momento o Projeto de Lei 4.330, aprovado pela Câmara, para permitir a terceirização das atividades-fim, até hoje só admitida nas atividades-meio. O STF informou ao Congresso que, se ele não der tratamento à questão, a Corte apreciará a ação da empresa Cenibra, que vai na mesma direção do projeto de lei.

A fabricante de celulose, controlada pela multinacional Japan Brazil Paper and Pulp Resources Development, questiona a Súmula 331, do Tribunal Superior

do Trabalho, que tem orientado julgamentos na Justiça Trabalhista fazendo a distinção entre atividade-fim e atividade-meio. Sempre que a atividade-fim é caracterizada, a empresa perde a ação, pois essa súmula diz que não se pode terceirizar a atividade-fim.

A Cenibra alega que a súmula fere um princípio constitucional, o da liberdade de a empresa contratar quem quiser e como desejar. A ação está nas mãos do relator, ministro Luiz Fux, pronta para apresentação ao plenário. Caso a decisão do tribunal saia antes e seja favorável ao argumento da Cenibra, a terceirização radical será admitida e a votação do Projeto de Lei 4.330 perderá sentido.



Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/revista/919/terceirizacao-solucao-de-terceira>